**ANEXO I DO EDITAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO
   1. O objeto deste pregão é o registro de preços para contratação de empresas especializadas para fornecimento de água mineral, conforme especificações e quantitativos constantes neste termo de referência, visando atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará e suas delegacias descentralizadas:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO/**  **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** |
| 1 | Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrafões de plástico de policarbonato transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. | Garrafão | 5.000 |
| 2 | Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrafões de plástico de policarbonato transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. | Garrafão | 2.000 |
| 3 | Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrafões de plástico de policarbonato transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. | Garrafão | 2.000 |
| 4 | Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrafões de plástico de policarbonato transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. | Garrafão | 1.400 |
| 5 | Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrafões de plástico de policarbonato transparente de 20 litros. Com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para as unidades da Polícia Federal, conforme endereços constantes neste Termo de Referência. | Garrafão | 1.400 |

* 1. Os bens deverão ter prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

1. JUSTIFICATIVA
   1. A aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades básicas dos servidores em exercício na SR/DPF/PA e outros que sejam necessários, haja vista que a falta destes produtos poderá prejudicar o bom andamento e desempenho das atividades meio e fim do Departamento de Polícia Federal no Pará.
   2. A quantidade anual estimada foi calculada com base no consumo médio desse objeto entre os meses de julho de 2013 a junho de 2014, para se eliminar as sazonalidades, considerando os meses em que se concentram as férias dos servidores e aumento do consumo no período do verão, acrescendo-se mais 20% (vinte por cento) para assegurar a possíveis aumentos não programados em especial eventos e reuniões externas.
   3. A adoção do sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 combinado com o art. 3º, inciso I, II e IV do decreto nº 7.892/2013, diante da impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido, bem como pelas suas características e natureza, haverá a necessidade de aquisições frequentes do material pela Administração e a conveniência da entrega parcelada.
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.
3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO
   1. O fornecimento será efetuado **de forma parcelada**, com prazo de entrega não superior a 2 (dois) **dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
      1. O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.
   2. Os produtos deverão ser entregues nos seguintes endereços e em horário comercial:

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **LOCAL DE ENTREGA** |
| **1** | **Sede da SR/DPF/PA**, Av. Almirante Barroso, 4466, Souza, Belém/PA |
| **DELEMIG/SRH/DELESP**, Rua dos Caripunas, 3554, Guamá, Belém/PA |
| **SETEC**, Alameda Pires Franco, 93, Souza, Belém/PA (Esquina com a Av. Almirante Barroso) |
| **2** | **Delegacia de Polícia Federal em Santarém/PA**, Av. Presidente Vargas, Alameda Rubem Berta, nº 11, Jardim Liberdade, Bairro da Liberdade, em Santarém/PA |
| **3** | **Delegacia de Polícia Federal em Marabá**/PA, Folha 31, Quadra Especial, s/n, Nova Marabá, em Marabá/PA |
| **4** | **Delegacia de Polícia Federal em Redenção**/PA, Rua Santa Teresinha, nº 806, Setor Independência, em Redenção/PA |
| **5** | **Delegacia de Polícia Federal em Altamira/PA**, Rua Uberlândia, nº 70, Uirapurú, em Altamira/PA |

1. AVALIAÇÃO DO CUSTO
   1. O custo estimado total da presente contratação é de **R$** **79.423,17 (setenta e nove mil quatrocentos e vinte e três reais e dezessete centavos)**.
   2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em pesquisa realizada no sistema comprasnet, sistema preços particados do siasg (sispp) e pesquisa de mercado com empresas locais.
2. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
   1. Os bens serão recebidos:
3. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, e sua conseqüente aceitação.
   1. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. A Contratada obriga-se a:
      1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
      2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
         1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil*,* o produto com avarias ou defeitos;
      3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
      4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
      6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
      7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. A Contratante obriga-se a:
      1. Receber o material, disponibilizando local, data e horário;
      2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
      3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
      4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
6. MEDIDAS ACAUTELADORAS
   1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
7. CONTROLE DA EXECUÇÃO
   1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
      1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
8. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
      1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Comportar-se de modo inidôneo;
      4. Cometer fraude fiscal;
      5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Termo de Referência.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
9. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
10. Multa:
    1. Moratória de até **1% (por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 **(trinta)** dias;
    2. Compensatória de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a **Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará**, pelo prazo de até dois anos;
    1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
12. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
    * 1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
    1. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
       1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
       2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
       3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
    2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
    3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
    4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
       1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
    5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
    6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
    7. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Belém, 30 de junho de 2014

José Maria Leal Mira

CHEFE DO NAD/SR/DPF/PA